



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 13 Nº 7
Julho de 2004

Balança comercial do agronegócio gaúcho

De janeiro a abril de 2004, as exportações do agronegócio (produtos *in natura* e industrializados derivados da agropecuária) representaram 62,9% do total exportado pelo RS, enquanto as importações do agronegócio pelo Estado, no mesmo período, representaram apenas 9,88% do total importado. Já o saldo comercial do agronegócio foi maior que o saldo comercial total do Estado, confirmando o RS como uma região caracteristicamente exportadora de produtos do agronegócio, pois a balança comercial das demais mercadorias foi deficitária no período em análise, e esse tem sido o comportamento habitual do comércio externo gaúcho, conforme se observa na tabela. Ou seja, são as exportações do agronegócio gaúcho que sustentam o saldo comercial positivo do Estado.

A participação do agronegócio nas exportações gaúchas poderia ser ainda maior, não fossem as inúmeras barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos agrícolas em todo o mundo, especialmente às *commodities* tradicionais. A agropecuária é o setor mais protegido na maioria dos países, e as barreiras dão-se através de tarifas elevadíssimas, subsídios domésticos e de exportação, cotas de importação e restrições técnicas, sanitárias e fitossanitárias, sendo raras as oportunidades de se promoverem alterações concretas nessas barreiras. Tanto na Organização Mundial do Comércio (OMC) quanto nos acordos da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da União Européia-Mercosul, a resistência para se reduzirem os entraves ao comércio de produtos da agropecuária tem sido muito grande, e os maiores parceiros comerciais, nesses dois acordos, têm pressionado apenas por reduções tarifárias, quando, atualmente, a maior dificuldade encontrada pelo setor tem sido em relação às barreiras não tarifárias.

Os principais produtos do agronegócio exportados pelo Estado em 2003 foram: calçados de couro; soja em grão; fumo;

farelo de soja; óleo de soja; carne de frango e de suíno; pasta química de madeira; couros; móveis de madeira; madeira; proteína de soja; carne em conserva; extrato tanante; maçã; mate; e milho. Dentre as principais mercadorias do agronegócio importadas pelo RS no ano passado, destacaram-se: trigo; couros e peles; arroz; cevada cervejeira; cebola; leite em pó; pasta química de madeira; painéis de madeira; fumo não manufaturado; vinho; e papel para escrita.

Os produtos do agronegócio que registraram as maiores diferenças, em valores absolutos, entre suas exportações e suas importações foram: calçados de couro; fumo; soja em grão; carnes; farelo de soja; couro; óleo de soja; e móveis de madeira; o que os caracteriza como tendo boas oportunidades de inserção no comércio internacional, além de se incluírem entre aqueles que mais contribuíram para o superávit comercial do Estado. Por outro lado, os maiores déficits comerciais, em valores absolutos, do agronegócio gaúcho em 2003 foram ocasionados por cereais (trigo em particular); produtos hortícolas; bebidas; papel e cartão; borracha natural; leite e laticínios; todos com suas importações muito superiores às suas exportações.

Pode-se ainda destacar, no agronegócio gaúcho, que algumas mercadorias apresentaram altos índices de comércio intra-industrial em 2003, indicando um forte intercâmbio bilateral, já que os valores exportados e os importados, nesse caso, registraram cifras aproximadas. Dentre esses produtos, alguns apresentaram índice de comércio intra-industrial acima de 75%, como foi o caso de produtos da indústria da moagem (83,9%); algodão (82,5%); plantas vivas (77,2%); e papel e cartão (75,7%).

Balança comercial do RS — jan.-abr./03 e jan.-abr./04

ESPECIFICAÇÃO	JAN-ABR/2003			JAN-ABR/2004		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
Agronegócio						
Valor (US\$ mil FOB)	1 274 937	168 711	1 106 226	1 769 192	153 584	1 615 608
Participação %	61,49	12,95	143,66	62,88	9,88	128,28
Outros						
Valor (US\$ mil FOB)	798 368	1 134 569	-336 201	1 044 489	1 400 623	-356 134
Participação %	38,51	87,05	-43,66	37,12	90,12	-28,28
TOTAL DO RS						
Valor (US\$ mil FOB)	2 073 305	1 303 280	770 025	2 813 681	1 554 207	1 259 474
Participação %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SPS/MAPA.

MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Déficit da Previdência e mercado de trabalho

No primeiro quadrimestre de 2004, as arrecadações previdenciárias líquidas das áreas urbana e rural atingiram R\$ 26,73 bilhões e R\$ 746 milhões respectivamente. Comparando-se os valores arrecadados no primeiro quadrimestre de 2004 com os valores correspondentes aos do de 2003, observa-se um crescimento da arrecadação urbana, resultado que pode ser atribuído, em grande parte, à elevação do teto do Regime Geral da Previdência Social. Essa elevação todavia é insuficiente frente às despesas com benefícios, que totalizaram R\$ 29,29 bilhões na área urbana e R\$ 6,67 bilhões na área rural. A arrecadação rural mantém-se relativamente constante desde o primeiro quadrimestre de 2002.

A arrecadação líquida urbana, que ainda teve um resultado positivo em 2002, passou a ter um resultado negativo em 2003, e este praticamente dobrou em 2004. Em que pese, no primeiro quadrimestre de 2002, ter sido a arrecadação ligeiramente superior ao gasto de pagamentos de benefícios, a tendência é de déficit crescente. O desequilíbrio na área urbana tem relação com o aumento do desemprego e da informalidade e com a queda do rendimento médio real dos assalariados.

Arrecadação líquida, despesa com benefícios previdenciários e resultado previdenciário, urbano e rural, no Brasil — 1º quadr./02–1º quadr./04

(R\$ milhões)

1º QUADRIMESTRE	CLIEN-TELA	ARRECA-DAÇÃO LÍQUIDA (A)	BENEFÍ-CIOS PREVI-DENCIÁRIOS (B)	RESUL-TADO A - B
2002	Total	26 537	31 976	-5 439
	Urbana	25 823	25 737	85
	Rural	714	6 239	-5 524
2003	Total	24 940	31 322	-6 382
	Urbana	24 145	25 214	-1 069
	Rural	794	6 107	-5 313
2004	Total	27 479	35 966	-8 488
	Urbana	26 733	29 291	-2 557
	Rural	746	6 676	-5 930

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INSS.

Carlos Roberto Winckler (FEE/NIS)

Cresce a participação dos contratos de trabalho flexíveis

Decorridos pouco mais de 10 anos desde o lançamento do Plano Real, além do sucesso no controle da inflação, o Plano proporcionou transformações relevantes na economia brasileira. A abertura comercial, combinada com a apreciação cambial observada até 1998, trouxe consigo uma série de mudanças nas empresas, advindas da adoção seletiva de inovações, da terceirização de atividades e da redução de níveis hierárquicos, que passaram a ser reconhecidas como processo de reestruturação produtiva. Tais mudanças repercutiram na forma de contratação das empresas. A tabela apresenta a distribuição dos postos gerados por empresas na Região Metropolitana de Porto Alegre, classificando as formas de contratação em **padrão** e **flexibilizada**. Os resultados mostram que ocorreu uma mudança expressiva ao longo do período considerado, ampliando-se sobremaneira a contratação flexibilizada pelas empresas. Em 1993, 82,2% dos postos gerados no ano tiveram contratação padrão, e 17,8%, contratação flexibilizada, participações que passaram para 70,4% e 29,6% em 2003. No grupo da contratação padrão, chama atenção a redução daqueles com carteira assinada tanto no setor privado como no público. No grupo dos trabalhadores com contratação flexibilizada, destacam-se os acréscimos na força de trabalho terceirizada e no emprego assalariado sem carteira assinada.

Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo a forma de contratação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2003

(%)

FORMAS DE CONTRATAÇÃO	1993	2003
TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO	100,0	100,0
Contratação padrão	82,2	70,4
Assalariados contratados diretamente		
Com carteira assinada pelo setor privado	62,6	54,9
Com carteira assinada pelo setor público	9,6	3,0
Estatutário pelo setor público	10,0	12,4
Contratação flexibilizada	17,8	29,6
Assalariados contratados diretamente		
Sem carteira assinada pelo setor privado	9,7	15,8
Sem carteira assinada pelo setor público	1,4	3,5
Assalariados contratados em serviços terceirizados	1,6	5,1
Autônomos que trabalham para uma empresa	5,1	5,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

André Luiz Leite Chaves (FEE/PED)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

*Carta
de
Conjuntura FEE*

Plano Safra 2004/05: custeio caro e investimento acessível

Tendo como objetivos fundamentais os aumentos da produção e das exportações do agronegócio, o Governo lançou, no mês de junho, o Plano Agrícola e Pecuário 2004/05. Os recursos liberados devem alcançar R\$ 39,45 bilhões, representando um aumento de 45,3% em relação ao anterior. Para custeio e comercialização, existem duas taxas de juros, a livre e a controlada. A determinação da primeira fica a cargo do sistema financeiro privado, que a estipula de acordo com as taxas de mercado. A segunda é bem mais favorável ao produtor, já que o Governo a determinou em 8,75%, em média. Entretanto restrições fiscais impossibilitam a elevação dos dispêndios a essa taxa, o que faz com que uma parcela importante dos produtores seja empurrada para o sistema financeiro privado. Prova disso é que, enquanto o total de recursos de custeio e de comercialização aumentou 34,3%, o montante com juros controlados cresceu apenas 7,9%, e o com juros livres aumentou 121,0%. Para melhorar as condições de custeio e de comercialização, o Plano prevê a criação do Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e do Warrant Agropecuário (WA), que devem permitir captação de recursos internos e externos, além de dar maior liquidez à comercialização.

Os recursos para investimento contemplados no Plano tiveram um aumento de praticamente R\$ 5 bilhões. O principal programa continua a ser o Moderfrota, que viu seus recursos crescerem 175,0%, o que deve alavancar ainda mais a produ-

ção de máquinas agrícolas e tratores, até porque as taxas de juros (entre 9,75% e 12,75%, dependendo da renda) e os prazos dos empréstimos foram mantidos os mesmos do plano anterior.

Programação de recursos de crédito rural para a safra 2004/05 no Brasil

PROGRAMAS	SAFRA 2003/04 (R\$ milhões)	SAFRA 2004/05 (R\$ milhões)	VARIAÇÃO %
A - Custeio e comercialização	21 400	28 750	34,3
A.1 - Juros controlados	16 400	17 700	7,9
A.2 - Juros livres	5 000	11 050	121,0
B - Investimento	5 750	10 700	86,1
B.1 - Moderfrota	2 000	5 500	175,0
B.2 - Outros	3 750	5 200	38,7
TOTAL DA AGRICULTURA EMPRESARIAL (A + B)	27 150	39 450	45,3

FONTE: MAPA.
MF.

Martinho R. Lazzari (FEE/NEA)

Gravidez na adolescência: ainda uma questão a ser enfrentada

A ocorrência de gravidez na adolescência é um sério problema de saúde pública no País, uma vez que tem várias repercussões médicas e sociais. Usualmente, trata-se de uma gravidez de risco, apresentando altas taxas de mortalidade materna, maior número de ocorrências de partos prematuros e de crianças com baixo peso ao nascer. Por outro lado, freqüentemente, é uma gravidez não desejada, acarretando, muitas vezes, o abandono da escola e/ou uma situação de desemprego.

Indicadores selecionados comparando a situação da mãe adolescente com o total de mães no RS — 2002

INDICADORES SELECIONADOS	MÃES ADOLESCENTES	TOTAL
Até 3 consultas pré-natal	16,5	12,2
Prematuridade (menos de 37 semanas)	8,8	7,9
Baixo peso ao nascer (menos de 2 500g)	10,8	9,3

FONTE: SES-RS.

No Rio Grande do Sul, também se vivencia essa situação: em 2002, houve 30.507 nascimentos cujas mães tinham até 19 anos (sendo 1.235 de 10 a 14 anos). Entre 1993 e 2002, houve um decréscimo de 16,9% no total de nascimentos, mas, na faixa de 10 a 19 anos, o número de partos caiu apenas 8,6%.

Considerando apenas o grupo das meninas adolescentes, verificou-se uma diminuição do coeficiente de mães por 1.000 mulheres dessa faixa etária, o qual passou de 37,7 por 1.000 em 1993 para 32,3 por 1.000 em 2002, o que configura um resultado positivo no que se refere à gravidez na adolescência, ainda que relativamente pequeno para um período de 10 anos.

Assim, ainda que tenha caído o coeficiente de mães com até 19 anos (número de adolescentes que tiveram filhos por 1.000 mulheres de 10 a 19 anos), tendo em vista os problemas tanto sociais quanto de saúde que pode acarretar uma gravidez na adolescência, é importante que se mantenham e se incrementem a educação e a prevenção, para que a gravidez venha a ocorrer em momento oportuno.

Mercedes Rabelo (FEE/NEESF)

Desempenho da indústria: recuperação em curso?

A taxa de crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto do Brasil no primeiro trimestre de 2004, em relação ao mesmo período de 2003, e de 1,6%, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior, conforme divulgado pelo IBGE, recolocou a atividade econômica brasileira numa trajetória de recuperação. No setor industrial, a expansão de 2,9% foi positivamente influenciada pelo desempenho da indústria de transformação (6% em relação ao primeiro trimestre do ano passado), impulsionado pela produção de bens de capital e de bens duráveis de consumo.

A evolução das taxas de crescimento do índice de média móvel trimestral da produção física industrial confirma a recuperação da atividade fabril em curso desde o segundo semestre de 2003, notadamente a partir do acumulado do mês de agosto, tanto para a indústria brasileira (que já havia apresentado uma inflexão no final do primeiro semestre) quanto para a gaúcha. Embora, inicialmente, ainda negativas, as taxas foram crescendo e passaram a ser positivas ao longo do último trimestre do ano, fruto do abrandamento da política monetária e dos efeitos positivos de uma conjuntura externa mais favorável, que melhoraram as condições macroeconômicas do País. As taxas de maio de 2004 continuam refletindo expansão.

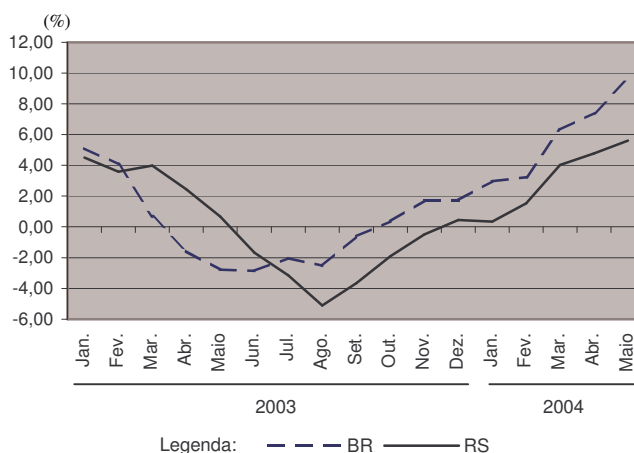
Outro aspecto a ressaltar, quando se analisa a performance dessas duas indústrias, é a semelhança de trajetória das taxas de crescimento num prazo mais longo. O que muda é a magnitude das mesmas, alternando posições, algumas vezes mais elevadas para a indústria brasileira e, em outras, com mais destaque para a atividade industrial gaúcha. Entre janeiro de 2003 e abril de 2004, houve uma maior frequência de taxas de crescimento trimestrais nacionais, que superaram as da indústria estadual, a qual, por sua vez, apresentou um desempenho mais favorável no período de contração da atividade manufatureira que marcou o primeiro semestre de 2003.

A verificação dessas taxas de crescimento da indústria brasileira superiores às desse setor no Rio Grande do Sul representa uma mudança com relação a comentários efetuados em edições anteriores desta **Carta de Conjuntura** e deve ser atribuída à reformulação da série de índices mensais da produção industrial (PIM-PF). Conforme divulgado pelo IBGE, essa reformulação teve, dentre outros, o objetivo de elaborar

uma nova estrutura de ponderação dos índices, com base em estatísticas industriais mais recentes levantadas na **Pesquisa Industrial Anual** (PIA) e implicou algumas alterações nas séries de índices anteriores.

As perspectivas para os próximos meses são de continuidade de crescimento das atividades industriais brasileira e gaúcha. O desempenho dos segmentos ligados à agroindústria, com forte presença no Rio Grande do Sul, e dos segmentos voltados para o mercado externo deverá continuar impactando as taxas de crescimento da indústria. Além disso, a recuperação gradual do mercado interno, sinalizada por fatores como a expansão das vendas do comércio varejista e da massa salarial da indústria (segundo o IBGE, no primeiro quadrimestre de 2004, a folha de pagamento real cresceu 8,8% no Brasil e 6,1% no RS), deverá contribuir para a manutenção de um desempenho industrial positivo.

Taxas de crescimento trimestrais da produção física da indústria de transformação do RS e do Brasil — jan./03-maio/04



FONTE: PIM-IBGE.

NOTA: Médias móveis trimestrais dos índices de base fixa mensal sem reajuste sazonal, tendo como base a média de 2002 = 100.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 14.07.04).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Círei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.